



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. VIII (2007)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Luís Filipe Barreto, *Macau: Poder e Saber - Séculos XVI e XVII*. Lisboa, Editorial Presença, 2006, 410 pp. ISBN: 972-23-3629-0 [Recensão]

Francisco Roque de Oliveira 

Como Citar | How to Cite

Oliveira, Francisco Roque de. 2007. «Luís Filipe Barreto, *Macau: Poder e Saber - Séculos XVI e XVII*. Lisboa, Editorial Presença, 2006, 410 pp. ISBN: 972-23-3629-0 [Recensão]». *Anais de História de Além-Mar* VIII: 406-415. <https://doi.org/10.57759/aham2007.37707>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2007. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2007. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

a definição dos vários modelos de perfil social e institucional que determinaram normalmente as escolhas régias dos titulares das dioceses do Reino e do Império. A este respeito, creio que as ideias apresentadas serão definitivas. Além disso, este livro mostra-nos ainda as especificidades de cada reinado, ajudando-nos a compreender melhor os monarcas que governaram o país entre 1495 e 1777, e tendo sempre o cuidado de mostrar como as opções dos soberanos portugueses se enquadravam nas dinâmicas políticas da Europa de então. Do ponto de vista da História da Expansão Portuguesa, esta obra coloca uma pedra sólida nas bases de um edifício que está por construir, sobretudo no que toca ao funcionamento das dioceses ultramarinas.

Finalmente, uma última palavra para dizer que a leitura deste livro também abre pistas para investigações futuras, que poderão aproveitar os resultados expressos neste livro. Seria interessante, por exemplo, alargar este estudo (inevitavelmente através de uma equipa de investigação) aos cabidos, onde, aparentemente, se concentrou durante muito tempo um outro extracto da fidalguia, no que diz respeito ao Reino, e onde se cruzaram interesses muito variados (nomeadamente os dos senhores locais por oposição aos oficiais da Coroa) no que toca às dioceses ultramarinas. Outro tema que fica a pedir uma intervenção urgente é o da comparação entre o modelo ora definido para a nomeação dos bispos ultramarinos portugueses com o caso do Império Espanhol.

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA
Centro de História de Além-Mar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Luís Filipe BARRETO, *Macau: Poder e Saber – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Editorial Presença, 2006, 410 pp.
ISBN: 972-23-3629-0

Afiando a pena

Quem compulsar as diferentes secções da bibliografia que encerra este *Macau: Poder e Saber – Séculos XVI e XVII* de Luís Filipe Barreto encontrará apenas duas referências a obras anteriormente publicadas pelo autor: o livro *Lavrar o Mar: os Portugueses e a Ásia, c. 1480-c. 1630* (2000)¹, inserido na bibliografia geral sobre temas da Ásia Oriental e da expansão europeia na Ásia, e o catálogo *Cartografia de Macau – Séculos XVI e XVII* (1997)², incluído entre os títulos consagrados a Macau e às relações luso-chinesas. Fica bem a qualquer autor praticar essa tão confuciana virtude que é a modéstia. No entanto, todos aqueles que acompanham a produção historiográfica de Barreto reconhecem, de imediato, que o assunto e o tempo tratados neste livro se filiam numa longa série de escritos seus sobre temas e problemas de história da cultura, os quais têm contribuído para fazer dele um dos mais teóricos historiadores portugueses. Nesta trajectória intelectual, a aproximação ao caso macaense e ao contexto da Ásia Oriental que o enquadra tem sido gradual, mas não menos constante. Por isso mesmo, *Macau: Poder e Saber* impõe-se-nos como um trabalho de maturidade científica, particularmente interessante por ensaiar a articulação entre o que é do domínio da história política e o que pertence ao campo da história cultu-

¹ Luís Filipe Barreto, *Lavrar o Mar – Os Portugueses e a Ásia c. 1480-c. 1630*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

² Luís Filipe Barreto, *Cartografia de Macau – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Missão de Macau, 1997.

ral. Se abstrairmos as questões que se prendem com o quadro geográfico e os limites cronológicos a que se circunscreve, há aqui muito do já clássico *Mundos novos do mundo* que António Banha de Andrade publicou em 1972³.

A partir de meados da década de 1990, a indagação sobre as condições políticas, estratégicas, económicas e culturais que deram azo ao aparecimento e à consolidação do entreposto de Macau foi sistematicamente aprofundada em curtos ensaios como aquele que Luís Filipe Barreto intitulou «Macau: centro intercultural» (1996)⁴. Nesses textos, o entendimento da questão resultou sempre da conjugação de três factores a um tempo autónomos e articulados entre si: as condições da vida interna da China e do seu sistema de relações externas durante os séculos XV e XVI; a abertura da rota Cantão-Macau-Nagasáqui, produto directo do sistema de relacionamento marítimo-mercantil que conjugava os interesses portugueses, chineses e japoneses, tal como de uma miríade de outros actores orientais mais ou menos nítidos; e a natureza própria da presença portuguesa e luso-asiática a leste de Malaca, quer na sua dimensão mercantil e náutico-militar, quer na sua dimensão cultural, campo desde cedo tutelado pela acção missionária da Companhia de Jesus. É aqui que entronca o levantamento exaustivo que Barreto também veio fazendo dos múltiplos testemunhos escritos e cartográficos que dão forma ao vasto banco de dados sobre a China Ming que os interesses pragmáticos e doutrinários ou os agentes laicos e clericais de Macau construíram durante os séculos XVI e XVII: roteiros, cartas náuticas, relações geográficas, vocabulários, dicionários, gramáticas, relatórios de missão ou catecismos. Exportados para a Europa, uns, destinados à China e ao Japão, outros, o conjunto é o espelho fiel do papel que Macau desempenhou nessa época enquanto «ponto de encontro dos extremos ocidental e oriental do mundo»⁵.

Podemos encontrar no capítulo «O nascimento da imagem do Oriente» que integra o livro *Descobrimentos e Renascimento* (1983) a génese de muito do que Luís Filipe Barreto tem escrito sobre os principais autores, tal como sobre o conteúdo e as circunstâncias de produção e de difusão dos principais textos em que os europeus fixaram o retrato da China Ming. Nesse capítulo, leu com particular felicidade a relação que existe entre o «tempo épico» de Afonso de Albuquerque (1508-1515) e as duas primeiras descrições sistemáticas do Oriente produzidas por portugueses: o *Livro das coisas da Índia* de Duarte Barbosa e a *Suma Oriental* de Tomé Pires⁶.

Em ensaios como «A Ásia na Cultura na Portuguesa (c. 1485-c. 1630)» (1998)⁷ ou «Apre(e)der a Ásia (Séculos XVI e XVII)» (1999)⁸, Barreto alargaria o seu horizonte de análise quase ao mesmo tempo e espaço que viriam a dar corpo ao referido *Lavar o Mar*, de 2000. Desdobrando a leitura década a década, ou até obra a obra, estas suas duas

³ Ver Jorge Manuel Flores, «Oriente», in Artur Teodoro de Matos & Luís Filipe Thomaz, dir., *Vinte anos de historiografia portuguesa, 1972-1992*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993, pp. 131-132.

⁴ Luís Filipe Barreto, «Macau: Centro Intercultural», *Macau* (Macau), 2.^a série, 53, Setembro 1996, pp. 26-42. Ver também Luís Filipe Barreto, «O estatuto de Macau (séculos XVI e XVII)», *Oceanos* (Lisboa), 32, Outubro/Dezembro 1997, pp. 133-148.

⁵ L. F. Barreto, «Macau: Centro Intercultural»..., p. 42.

⁶ Ver Luís Filipe Barreto, *Descobrimentos e Renascimento – Formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 143-168.

⁷ Luís Filipe Barreto, «A Ásia na Cultura na Portuguesa (c. 1485-c. 1630)», in Mafalda Soares da Cunha & Jorge Manuel Flores, coord., *Os Construtores do Oriente Português*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 111-129.

⁸ Luís Filipe Barreto, «A Ásia na Cultura na Portuguesa (c. 1485-c. 1630)», in Ana Maria Rodrigues & António Manuel Hespanha, coord., *O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Edições Inapa, 1999, pp. 59-70.

sínteses permitem que rapidamente se apreendam as diferenças entre a primeira fase do conhecimento português do Oriente e aquelas que o progressivo alargamento do sistema concorrencial europeu na Ásia trouxe consigo. Permitem também que rapidamente se percebam as diferenças fundamentais de registo que aconteceram à medida que se foi ampliando a base de recolha informativa e emergiu um conjunto de observadores mais diversificado, mais erudito e menos condicionado pela lógica mercantil, os interesses náuticos e as preocupações estratégicas que haviam ditado os primeiros levantamentos sobre as realidades asiáticas. A China em geral, e Macau em particular, ganhavam já aí várias anotações específicas: pelo *corpus* roteirístico, cuja redacção continuamente estimularam; pelas traduções cruzadas de obras de gramática, de doutrina e de catequese que esse centro principal de produção de elites de cultura europeia a partir de certo momento exige; enfim, pelas sùmulas manuscritas e impressas sobre a geografia e a antropologia do mundo chinês com que a Europa vai rever as imagens herdadas de Marco Polo ou tão-só preencher boa parte das suas lacunas sobre essa parcela decisiva da Ásia.

Compreensivelmente, a organização e o âmbito de pesquisa apresentados por Luís Filipe Barreto em *Lavrar o Mar* não iriam diferir demasiado do que acabamos de resumir. Obra geral sobre a história da expansão portuguesa nos cenários da Ásia marítima, articulou-se em torno de dois eixos distintos, mas complementares: por um lado, a caracterização das grandes áreas do imenso espaço asiático onde os contactos e a presença dos portugueses se foi afirmando entre finais do século XV e os inícios do século XVII; por outro, uma nova panorâmica da recolha e da difusão de informações sobre distintas matérias orientais impulsionada pelos portugueses ou pelas solidariedades europeias que se geraram a partir das redes marítimo-mercantis por si abertas e em torno de lógicas sobretudo missionárias, como a da transnacional jesuíta. Uma outra vez, não houve ainda oportunidade para um tratamento alargado das notícias relativas à China, pelo que não se avançou demasiado em relação às múltiplas fontes textuais e cartográficas que se reportam a esse objecto e que já haviam merecido referências pontuais em qualquer dos dois artigos prévios acima destacados⁹.

Esse campo de reflexão, que acabará por desembocar no livro que aqui tratamos, ensaiá-lo-ia Barreto em vários escritos paralelos, dos quais seleccionamos dois. O primeiro – de novo resultado da reelaboração de vários trabalhos anteriores¹⁰ – foi pensado para o período que acompanha a definitiva afirmação do enclave macaense e dado com o título «Macau, Fronteira Cultural – 1560-1660» (1999)¹¹. O segundo de tais trabalhos intitulou-se «Da China Ming na cultura europeia: os pólos português e italiano (1499-1550)» (2002)¹². A nosso ver, este será o mais original do conjunto. Acompanha a construção de uma imagem da China ainda dispersa e fragmentária, preenchida pelo conjunto relativamente obscuro de testemunhos que circularam na Europa entre o regresso da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia e a edição, em Veneza, do primeiro volume da colectânea *Delle Navigazioni et Viaggi* de Giovanni Battista Ramusio. A versão original deste estudo apresentou-a Barreto em comunicação a *Daxiyangguo: Colóquio Internacional Portugal-Macau e as relações Europa-China*, que decorreu em Lisboa em Outubro de 1999.

⁹ Ver Luís Filipe Barreto, *Lavrar o Mar: os Portugueses e a Ásia, c. 1480-c. 1630*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 84-92.

¹⁰ Ver Luís Filipe Barreto, «A dinâmica cultural de Macau, c. 1560-c. 1660 – A fronteira cultural», *Macau* (Macau), 2.^a série, 58, 1997, pp. 42-56; Idem, «A dinâmica cultural de Macau, c. 1560-c. 1660 – As culturas laica e clerical», *Macau* (Macau), 2.^a série, 59, 1997, pp. 48-60.

¹¹ Luís Filipe Barreto, «Macau, fronteira cultural – 1560-1660», in Jorge M. dos Santos Alves, ed., *Portugal e a China – Conferências no II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX)*, Lisboa, Fundação Oriente, 1999, pp. 67-81.

¹² Luís Filipe Barreto, «Da China Ming na cultura europeia: os pólos português e italiano (1499-1550)», *Anais de História de Além-Mar* (Lisboa), 3, 2002, pp. 409-446.

O autor desta recensão partiria explicitamente das propostas que Barreto expusera nessa ocasião para articular alguns dos capítulos do estudo que entretanto dedicou à construção do conhecimento europeu sobre a China entre c. 1500 e c. 1630¹³.

Poderes de Macau

A edição de estudos sobre a instalação dos portugueses em Macau conhecia progressos significativos pela mesma altura em que Luís Filipe Barreto recenseava a versão portuguesa de *The «Macao Formula»: A Study of Chinese Management of the Westerners from the Mid-Sixteenth Century to the Opium War Period* de Fok Kai Cheong (1997)¹⁴. Considerando a mais recente produção de investigadores portugueses editada em Portugal, importará destacar trabalhos como «A Coroa Portuguesa e a China – 1508-1531» de João Paulo Oliveira e Costa (1996)¹⁵ e aqueles que Jorge M. dos Santos Alves escreveu sobre os primeiros anos de Macau e os primeiros séculos da diplomacia luso-chinesa (1996-1999)¹⁶. J. Alves acaba de retomar alguns destes temas numa síntese que cobre a história do território entre as décadas de 1540 e 1680 (2007)¹⁷. Entretanto, vários estudos parcelares sobre o mesmo objecto foram sendo editados nos primeiros volumes da *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, título coordenado por A. H. de Oliveira Marques (4 vols. em 5 tomos, 1998-2003). Nesta publicação, assinalem-se as páginas ao longo das quais Jorge Manuel Flores fez a crónica dos anos que mediarão entre a gestação e o fim do breve apogeu que Macau conheceu na passagem do século XVI para o século XVII (2000)¹⁸, assim como aquelas em que o mesmo autor situou os principais sucessos da vida política macaense do período que decorre entre o final da primeira metade do século XVII e os últimos anos do século XVIII (2001)¹⁹. Cabe ainda aqui uma referência aos inquéritos que Manel Ollé

¹³ Ver Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500-c.1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta*. Tese de doutoramento. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2003, p. 313, n. 84. <<http://www.tdx.cesca.es/TDX-1222103-160816/>>.

¹⁴ Luís Filipe Barreto, «A instalação dos portugueses em Macau», *JL/Macau* (Lisboa), 16 (687), 12 de Fevereiro de 1997, p. 15.

¹⁵ João Paulo Oliveira e Costa, «A Coroa Portuguesa e a China (1508-1531) – do Sonho Manuelino ao Realismo Joanino», in António Vasconcelos de Saldanha & Jorge M. dos Santos Alves, eds., *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês – Séculos XVI-XIX*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 11-84.

¹⁶ Jorge M. dos Santos Alves, «Natureza do Primeiro Ciclo de Diplomacia Luso-Chinesa (séculos XVI-XVIII)», in António Vasconcelos de Saldanha & Jorge M. dos Santos Alves, eds., *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês – Séculos XVI-XIX*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 179-218; Idem, «Um Tempo de Ajustamento. Macau, o Estado da Índia e os Ming no Primeiro Quartel do Século XVII», in Jorge M. dos Santos Alves, ed., *Portugal e a China – Conferências no II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX)*, Lisboa, Fundação Oriente, 1999, pp. 91-104; Idem, «O Princípio do Estabelecimento dos Portugueses em Macau (1555-1565)», in Jorge M. dos Santos Alves, *Um Porto entre Dois Impérios – Estudos sobre Macau e as Relações Luso-Chinesas*, Macau, 1999, Instituto Português do Oriente, pp. 51-101.

¹⁷ Jorge M. dos Santos Alves, «Macau – O Primeiro Século de um Porto Internacional», in Luís Filipe Barreto, ed., *Macau – O Primeiro Século de um Porto Internacional = The First Century of an International Port*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2007, pp. 11-111.

¹⁸ Jorge Manuel Flores, «China e Macau», in A. H. de Oliveira Marques, ed., *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 1, t. 2, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 151-293.

¹⁹ Jorge Manuel Flores, «Macau: Os Eventos Políticos. 1», in A. H. de Oliveira Marques, ed., *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 2, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 69-155.

tem apresentado sobre as áreas de influência económica e cultural das Filipinas durante o século XVI. O livro *La invención de China* (2000)²⁰ pode bem servir de exemplo do trabalho desenvolvido por este historiador catalão, até porque permite estabelecer um contraponto útil à matéria tratada em *Macau: Poder e Saber*.

Passemos à leitura deste que é o livro que aqui nos traz. Na primeira parte desta obra, Luís Filipe Barreto dissecar o primeiro século da história dos portugueses em Macau, conferindo as diferentes conjunturas económicas, sociais e políticas que decorrem entre os momentos fundadores, de crescimento e de consolidação da cidade portuária e o início do período de «sobrevivência» que, no essencial, foi imposto pela afirmação da hegemonia holandesa nos Mares do Japão. Em certo sentido, o livro *The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1745* de George Bryan de Souza (1986) pode ser visto como o *terminus ad quem* informal deste estudo. Na segunda parte do seu trabalho, Barreto apresenta e comenta as principais obras escritas sobre a China que chegaram à Europa por via das redes abertas e frequentadas pelos portugueses na Ásia desde o final do século XV: quase exaustivamente, das primeiras cartas escritas aquando do regresso da armada de Vasco da Gama, em 1499, à conclusão, em Macau, da grande obra de informação e teoria geográfico-antropológica representada pela *Historia da Igreja do Japão* de João Rodrigues Tçuzu, S.J. (c. 1627). Entre outros, surge aqui a versão revista do referido artigo que Barreto assinou sobre o papel jogado pelos pólos português e italiano na difusão da imagem da China Ming entre as elites europeias nas décadas anteriores ao estabelecimento de Macau.

Para as quase duzentas páginas consagradas aos sobressaltos e aos poderes que fizeram a história de Macau ao longo do século XVI e da primeira metade do século XVII, Barreto explora o saudável princípio metodológico que consiste na sobreposição entre os exercícios da história local e de história das relações internacionais – desde logo, luso-chinesas e sino-nipónicas. O fio condutor dos três capítulos que compõem esta primeira parte de *Macau: Poder e Saber* não se esgota numa sequência cronológica linear. Assim, enquanto o capítulo 1 foca o ano fundador de 1555, o segundo capítulo recua ao tratamento das relações luso-chinesas de 1509 a 1554. No capítulo 3 – que é, simultaneamente, o capítulo central desta parte – é retomada a observação da paisagem histórico-social de Macau entre c. 1557 e c. 1650.

A necessária referência à conjuntura chinesa – começando pela da China das províncias litorais do Sul – abre esse capítulo dedicado à «certidão de nascimento de Macau», que o autor convencionou outorgada em 1555 aquando da redacção daquele que poderá ter sido o primeiro documento português assinado no sítio de Macau: a carta que Fernão Mendes Pinto escreve a 20 de Novembro desse ano ao padre Baltasar Dias, reitor do Colégio de Goa da Companhia de Jesus. O que mais importa nesta ideia – e Barreto no-lo transmite também – é a circunstância da redacção dessa carta coincidir com um momento em que o Mar do Sul da China já constitui um espaço relativamente desanuviado para a navegação de portugueses e das parcerias luso-asiáticas protagonizadas por homens como Mendes Pinto, os quais fazem do eixo Macau-Lampacau a base privilegiada para o trato sino-nipónico. Por isso, faz todo o sentido a curta biografia do aventureiro-mercador que é incluída nestas páginas introdutórias, tal como aquelas que também aí são escritas quer sobre Diogo Pereira, seu companheiro de mercancia, quer sobre o jesuíta Melchior Nunes Barreto, o vice-provincial da Índia que, por esta mesma altura, várias vezes fez o caminho entre Macau – ou Lampacau – e Cantão e contribuiu para confirmar a China como prioridade missionária na estratégia da Companhia.

O capítulo seguinte versa a demorada aprendizagem dos litorais e das gentes do Mar do Sul da China que os portugueses empreenderam entre o momento em que os seus

²⁰ Manel Ollé, *La invención de China – Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2000.

navios aportaram em Malaca pela primeira vez e aquele que viu aparecer Macau. Sabemos que é possível subdividir este intervalo em dois andamentos distintos. O primeiro vai de 1508 e 1521, abarcando o tempo que decorre entre, por uma parte, o regimento pelo qual o rei D. Manuel determina que Diogo Lopes de Sequeira o informe sobre tudo o que pudesse dizer respeito à China e, por outra, a morte do imperador Zhengde, acontecimento por norma associado ao fracasso da primeira embaixada de Lisboa a Pequim e ao concomitante encerramento do primeiro ciclo de relações entre Portugal e a China. O segundo desses andamentos decorre entre 1521 e 1557, período durante o qual se conjugam uma reviravolta tácita na política oficial portuguesa de aproximação ao império dos Ming (à qual não será estranha a subida de D. João III ao trono de Portugal) e a opção pela continuidade do comércio nessas águas que, a despeito das dificuldades encontradas do lado chinês, foi tomada por muitos mercadores e aventureiros portugueses, o que acabaria por impor um quadro durante muito tempo pautado pela anarquia e pela ilegalidade.

Como é patente, Barreto opta por fundir estes dois andamentos num único registo. No entanto, tal não significa que não reveja em detalhe os principais incidentes e etapas desses anos: o regimento de 1508 e a vaga ideia da China que ainda expressava; as relações marítimas da China Ming com o Sueste Asiático e os mecanismos do comércio tributário chinês, bem assentes no momento em que os portugueses irromperam no Índico; a expressão do primeiro contacto luso-chinês, que tem por palco Malaca; a cartografia e a restante produção informativa portuguesa relativa ao «caminho da China», de Malaca a Cantão; a sedimentação progressiva de parcerias, tal como o pronto desencadear de conflitos, entre mercadores cantonenses e interesses mercantis portugueses, oficiais e privados; a infausta embaixada tributária de Fernão Peres de Andrade e Tomé Pires à China, o que quis, como decorreu e por que motivo não pôde evitar o bloqueio naval nos Mares de Cantão; as novas rotas da pimenta e da seda estimuladas pela concorrência entre os portos de Guangdong e do Fujian e cujos interstícios foram rapidamente aproveitados pelos mercadores portugueses e asiáticos de Malaca; o progressivo despontar de escalas alternativas no Fujian e no Zhejiang, seguidas do retomar da veniaga nas ilhas de Cantão; a progressiva incorporação de mercadores portugueses nas rotas privadas cruzadas sino-nipónicas e do Nanyang, associada à importante vitória que os portugueses conseguem sobre os léquios na intermediação do trato da China e do Sul do Japão com o Sueste Asiático e à concomitante redefinição dos circuitos de comércio privado que ligavam a área de Malaca-Patane à China e a Kiushu; o reforço da autoridade central chinesa na fronteira marítima do Zhejiang e do Fujian, paralela à definição do monopólio régio português da Carreira do Japão e ao estabelecimento de uma estratégia missionária para a Ásia Extrema por parte dos jesuítas, impulsos cruciais para a nova e duradoura estabilidade que os portugueses encontraram no Guangdong nos últimos anos da década de 1550 e que deu no surgimento de Macau.

Talvez porque não seja fácil extraí-lo das fontes portuguesas e orientais consultadas – como o *Ming shilu* –, o facto é que esta periodização do movimento mercantil português e luso-asiático, que resultou no acordo tácito para o estabelecimento do ancoradouro permanente de Macau, acaba por não incluir referências demasiado precisas quer sobre os contingentes portugueses (reinóis, asiáticos e miscigenados) envolvidos no comércio marítimo que cruzava o Mar do Sul da China, quer sobre os montantes dos negócios ou a parcela que estes representavam no conjunto deste comércio regional. Em contrapartida, a caracterização das dinâmicas próprias da vida material é afinada no início do capítulo seguinte, quando Barreto se debruça sobre o processo de instalação dos portugueses em Macau e a complexa teia de interesses que aí se combinaram em torno do comércio da prata.

Saem particularmente bem articuladas a descrição do evoluir da Carreira do Japão, do crescimento e da estrutura urbana da cidade de Macau, da origem e crescimento dos principais núcleos da sua população residente e flutuante, do emergir da organização

assistencial e da afirmação da autoridade intelectual e religiosa dos jesuítas no seio da novel comunidade. Dizemos o mesmo a propósito do que Barreto escreve sobre as disputas entre os moradores da cidade portuária e os poderes e interesses oficiais e centrais de Goa e Lisboa, tensões tão determinantes para a definição do estatuto político de Macau como o foram os sucessivos desafios – também eles aqui passados em revista – colocados à cidade ao longo do seu primeiro século de existência pelos vários poderes e conjunturas chinesas. O autor reserva ainda o espaço devido para assinalar as implicações trazidas pela presença espanhola nas Filipinas a partir de meados da década de 1560, tal como para destacar o que muda, a partir de começos da década de 1580, por efeito das pressões cruzadas castelhana e chinesa. Encerra este terceiro capítulo da primeira parte de *Macau: Poder e Saber* uma descrição sumariada da «luta pela sobrevivência» que Macau empreendeu a partir do início do século XVII, à medida que se foram somando a progressiva degradação da Dinastia Ming, a crescente centralização do poder nipónico sob a égide dos Tokugawa e, finalmente, a entrada das potências protestantes nos Mares do Sul da China e do Japão – ingleses e, sobretudo, holandeses.

Escritos sobre a China

Para o primeiro capítulo da parte do livro *Macau: Poder e Saber* consagrada aos textos e às ideias que vieram a definir a cultura intelectual de Macau, Luís Filipe Barreto retoma e desenvolve o conteúdo do supradito artigo de 2002 que trata da matéria informativa relativa à China produzida durante a primeira metade do século XVI. A ideia – correcta – é, antes de mais, a de destacar que o moderno conhecimento europeu sobre a China teve uma história nada despicienda durante as cinco décadas que antecederam o aparecimento de Macau e as novas condições que esta plataforma possibilitou para a fixação da imagem da geografia e da civilização chinesas. A este propósito, Barreto teria sempre de referir – como o faz – o consciencioso estudo que Rui Manuel Loureiro proporcionou sobre alguns destes assuntos: *A China na Cultura Portuguesa do Século XVI – Notícias, Imagens e Vivências* (1995)²¹, trabalho entretanto impresso em versão ligeiramente abreviada com o título *Fidalgos, Missionários e Mandarins – Portugal e a China no Século XVI* (2000)²².

Barreto escolhe organizar por décadas – ou por pares de décadas – a descrição da matéria seleccionada para este capítulo. Para a primeira delas, refere as cartas escritas em Lisboa por Girolamo Sernigi, a 10 de Julho e 28 de Agosto do 1499, as quais viriam a ser os primeiros textos impressos alusivos à viagem que Gama concluíra pouco antes. Refere também as informações sobre a China que se esboçam na chamada *Relação da Índia* do padre José Indiano de Cranganor (c. 1502), nas cartas de D. Manuel ao cardeal D. Jorge de Costa (25 de Agosto de 1499) e aos Reis Católicos (28 de Agosto de 1501), no citado regimento que o mesmo monarca passou a Diogo Lopes de Sequeira (13 de Fevereiro de 1508) e, por último, no *Itinerario* de Ludovico di Varthema, publicado em Roma em 1510. Aqui, tal como nos pontos seguintes, passam-se em revista os conteúdos divulgados, a evolução dos locais de origem das respectivas recolhas informativas, bem assim como a dinâmica de difusão que as acompanhou. Em qualquer caso, talvez houvesse espaço para acrescentar algumas linhas sobre a China entrevista em alguns outros textos coevos, como a designada *Relação do Piloto Anónimo* da viagem de Pedro Álvares Cabral (publicada por Fracanzio da Montalboddo logo na primeira edição dos *Paesi novamente ritrovati*, em

²¹ Rui Manuel Loureiro, *A China na Cultura Portuguesa do Século XVI – Notícias, Imagens e Vivências*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols., 1995. Dissertação de doutoramento (policopiado).

²² Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins – Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000.

1507), ou o relatório, também anónimo, do agente alemão da frota que Afonso e Francisco de Albuquerque levaram à Índia em 1503, integrado no códice dito *Paumgartnerisches Usancenbuch*.

Nos parágrafos consagrados às duas décadas seguintes, o autor trata as cartas dos florentinos Giovanni da Empoli (12 de Julho de 1514 e 15 de Novembro de 1515) e Andrea Corsali (6 de Janeiro de 1516), a *Informação* luso-veneziana recolhida por Alessandro Zorzi em 1517, o *Livro* de Duarte Barbosa (1511-c. 1516), a *Suma Oriental* de Tomé Pires (1512-1515), o *Livro de Geografia Oriental* de Francisco Rodrigues (c. 1512), várias das cartas que Martim Afonso de Melo enviou de Cochim para o rei de Portugal, entre 1521 e 1523, tal como aquela que Diogo Calvo remeteu para o mesmo destinatário em Janeiro de 1527. Escreve também uma breve nota a respeito da *Relação* de Antonio Pigafetta, embora – o que é um pormenor – não sejam dadas com absoluto rigor as indicações relativas à primeira edição desta obra (Paris, c. 1526-1536)²³.

Para a década seguinte está guardado o tratamento das chamadas *Cartas dos cativos de Cantão*, Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1534-1536). O salto qualitativo do inquérito europeu da China que decorrerá ao longo dos anos de 1541 a 1550 começa por ser ilustrado com a referência às anotações e actualizações acrescentadas a uma das cópias manuscritas do *Livro* de Duarte Barbosa – como o autor nos lembra, uma geografia sistemática da Ásia que funcionou como uma espécie de *vade mecum* nos sectores mercantis portugueses dos anos 40. Evocam-se ainda dois outros textos fundamentais: o tratado *De gloria* de D. Jerónimo Osório (1549), obra desde cedo reeditada um pouco por toda a Europa e cuja matéria chinesa Barreto pensa ter sido directamente recolhida junto de João de Barros; e a *Emformação da Chyna* coligida pelo padre Francisco Xavier (c. 1548), reflexo imediato da chegada dos primeiros missionários da Companhia de Jesus ao Oriente e do interesse pela China que estes começaram a cimentar por essa altura. Barreto defende a possibilidade desta *Emformação* ter sido redigida por Fernão Mendes Pinto. Para dar conta do influxo informativo de matriz jesuíta que surge no seguimento deste texto, escolhe referir-se a mais dois repositórios que trataram em exclusivo as matérias sínicas: a anónima *Enformação da China* recolhida por Melchior Nunes Barreto em Malaca, em 1554, e o *Tratado da China* de Galiote Pereira (1553-1565). Sabendo da vasta informação que se acumula nesta época nos círculos próximos da Companhia, a opção por este conjunto de textos nucleares parece-nos ajustada.

Ao longo deste livro, Barreto insiste na tese de que a sinologia nasce no universo da cultura intelectual de Macau de finais do século XVI, mais especificamente na década de 1580. A isto poderemos sempre acrescentar que, desde logo, há que não perder de vista os primeiros inquéritos sobre questões linguísticas que os agostinhos espanhóis estacionados nas Filipinas iam concluindo pela mesma altura. Para tanto, bastará evocar os trabalhos de Martín de Rada sobre o dialecto da província do Fujian ou a publicitação de alguns dos seus resultados por via de uma obra tão popular à época como a *Historia de las cosas mas notables, ritos y costumbres del gran reyno de la China* de Juan González de Mendoza (1585-1586). Mas, em qualquer caso, o facto é que esses prolegómenos ao estudo do homem e da sociedade da China se confundem com os estudos sobre a língua e a cultura chinesa erudita que missionários como Duarte de Sande, Alessandro Valignano, Michele Ruggieri, Matteo Ricci, Adam Schall von Bell, João Rodrigues *Tçuzu*, Tomás Pereira, Álvaro Semedo, António de Gouveia ou Gabriel de Magalhães levaram a cabo em Macau, ou China adentro, mercê do apoio prestado pela retaguarda de Macau²⁴.

²³ A propósito, ver o recente *Le voyage de Magellan (1519-1522): La relation d'Antonio Pigafetta & autres témoignages*, ed. Xavier de Castro & Jocelyne Hamon & Luís Filipe Thomaz, Paris, Éditions Chandeigne, 2 vols., 2007.

²⁴ Ver Rui Manuel Loureiro, «Primórdios da Sinologia Europeia entre Macau e Manila em Finais do Século XVI», *Revista de Cultura* (Macau), Edição Internacional, 2, 2002, pp. 7-23.

O capítulo 2 da segunda parte de *Macau: Poder e Saber* virá tratar dos padrões que assumiu essa mesma produção intelectual ao longo do primeiro século de vida da cidade, vislumbrando as várias comunidades e os vários interesses – económicos, políticos e missionários – que concorreram para o estabelecimento desse saber especializado. Para aqui, Luís Filipe Barreto arruma o corpo documental identificado de acordo com quatro grandes áreas: epistolografia, marinharia, línguas e geografia antropológica. Faz preceder a respectiva análise da listagem dos principais sucessos e documentos produzidos em Macau no período Ming. Ao todo, teremos mais de 350 textos e testemunhos iconográficos autónomos, contabilizados entre a referida carta de Fernão Mendes Pinto, de 1555, e o *Livro, Em que Se vera Varios Discursos e demostracois De uarias Terras*, da autoria do capitão, piloto e cartógrafo goês André Pereira dos Reis (1656-1660).

Cruzando impressões sobre os ritmos de produção de cada um desses quatro conjuntos, respectivos horizontes de informação e eleições temáticas, Barreto acabará por definir prioridades na sua leitura. Por exemplo, acompanha com particular detalhe a epistolografia de autores como Alessandro Valignano. Trata também com mais pormenor as correspondências que detecta entre, por um lado, a evolução das culturas náutica e cartográfica de Macau e, por outro, tanto as sucessivas transformações ocorridas no universo marítimo-mercantil da cidade (de Malaca, Japão e Mar do Sul da China, a Manila, à Nova Espanha e à Ásia do Sueste), como a progressiva incorporação de elementos da cartografia asiática, chinesa e japonesa. Para o universo linguístico, interessam-lhe sobremaneira o papel desempenhado por M. Ruggieri e o conteúdo excepcional do *Vocabulário Português-Chinês* compilado pelos jesuítas de Macau durante a década de 1580. Enfim, para os campos da geografia descritiva e antropológica, detém-se na análise dos capítulos 26 a 28 da *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales* de A. Valignano (1583), lendo o breve compêndio sobre a China que estes capítulos definem como expressão de uma nova qualidade no conhecimento sobre esse objecto geográfico, porquanto baseado acima de tudo em fontes impressas chinesas. Entre outros elementos, sustentam-no várias frases em que o autor italiano repete ter retirado o sumo das suas informações precisamente de livros chineses.

A nosso ver, esta será a mais arriscada conclusão deste livro, uma vez que uma análise intertextual mais atenta dos capítulos em causa da *Historia del principio y progreso* torna patente que boa parte da base documental manipulada por Valignano assentou no conteúdo do *Tractado das cousas da China* de Frei Gaspar da Cruz (Évora, 1569-1570), enquanto a outra parte parece entroncar numa descrição geográfica da China que Matteo Ricci (com a eventual ajuda de M. Ruggieri) escrevera pouco tempo antes em Macau, hoje perdida. É certo que nessas mesmas passagens do texto de Valignano se detectam elementos retirados de livros chineses, com toda a probabilidade o *Guang Yutu* de Luo Hongxian ou outras obras derivadas de alguma ou algumas das várias edições que este atlas conheceu a partir de 1555, quando foi impresso pela primeira vez. Mas a trama principal desta prosa – se é que não também a dessa outra de Ricci entretanto desaparecida – continua a depender do texto de Cruz, sinónimo de que se trata de um aproveitamento em segunda mão de repositórios bem mais antigos, como o *Tratado da China* de Galiote Pereira²⁵. Concordamos com Barreto quando diz que, nessa altura, se ia operando em Macau uma «deslocação gradativa» dos inquéritos sobre a China, mais permeável à documentação chinesa – de resto, algo também bem visível há algum tempo já nos mais importantes escritos de autores castelhanos como Martín de Rada e Miguel de Loarca,

²⁵ Ver Francisco Roque de Oliveira, «Terra, costumes e ritos chineses segundo a *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales* de Alessandro Valignano – Análise intertextual de uma descrição geo-antropológica pioneira», *Revista de Cultura* (Macau), Edição Internacional, 19, 2006, pp. 154-170.

prática prosseguida ainda na primeira metade dos anos 80 por Juan Bautista Román e Juan González de Mendoza. Em qualquer caso, julgamos que o exemplo dos capítulos sobre a China da *Historia* de Valignano de 1583 estará ainda longe de ilustrar que o saber sobre o Império Ming «repousa, acima de tudo, na confiança nas fontes documentais chinesas, nos impressos chineses coleccionados e traduzidos em Macau», como Barreto também escreve.

As páginas do último capítulo de *Macau: Poder e Saber* são dedicadas àquelas obras que, a par do referido *Vocabulário Português-Chinês*, Luís Filipe Barreto considera serem os marcos mais significativos da cultura intelectual de Macau: o *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam* de A. Valignano e Duarte de Sande (1590), a *Apologia de la Compañia de Jesus de Japon y China* de A. Valignano (1598) e a primeira parte da *Historia da Igreja do Japão* de João Rodrigues Tçuzu. Procede aqui a novo levantamento dos contextos que favorecem a redacção e difusão (ou a não difusão) destes escritos, ao mesmo tempo que ensaia a leitura das respectivas estratégias textuais. Estes aspectos continuam sempre mais presentes do que a dissecação propriamente dita das intertextualidades que dão corpo e forma ao essencial de textos como o *De Missione Legatorum* e a *Historia do Japão*. Isso não impede o autor de continuar atento a alguns daqueles segmentos que forjaram a especificidade do retrato da China composto pelos europeus radicados em Macau: desde logo, o colóquio XXXIII do *De Missione Legatorum*, indispensável pela leitura do Confucionismo que oferece. Outro tanto poderia ter sido feito a propósito das longas secções que João Rodrigues dedicou à China no seu manuscrito – ele que, em muitas dessas passagens, logra romper o cerco montado pelas múltiplas fontes livrescas com que noutras se basta. Nada que atrapalhe a leitura da tese e o feito principal deste novo livro de Barreto: dar-nos a ver que a instituição da moderna sinologia não teria sucedido sem o entendimento original dos temas chineses que a cultura erudita de Macau propiciou na passagem do século XVI para o século XVII.

FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e CHAM